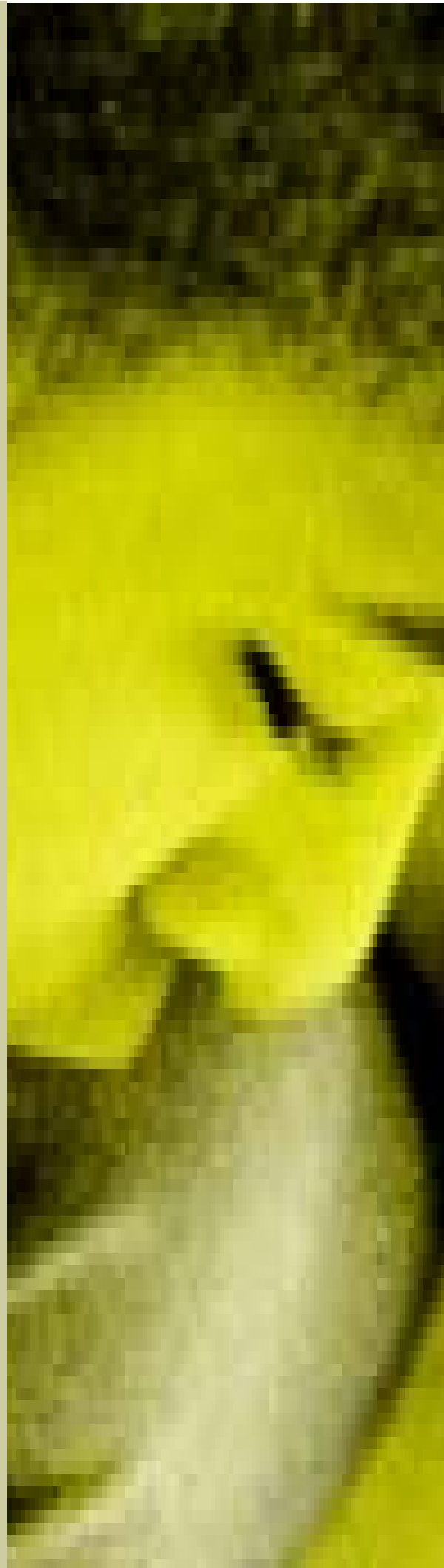
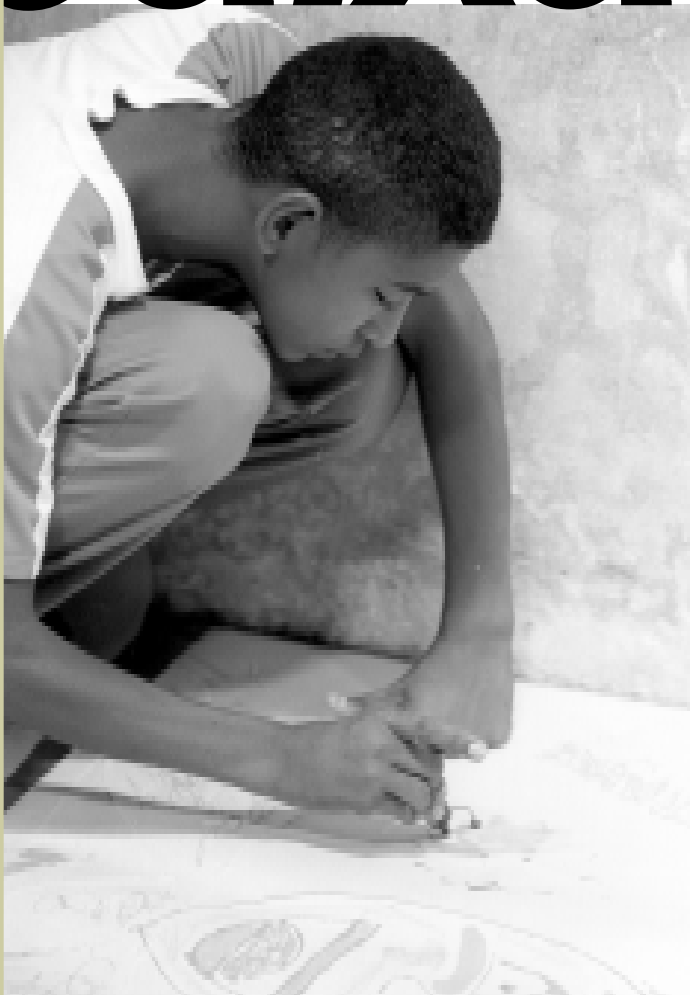


4

escola daixa



Por um sistema de políticas públicas para adolescentes de baixa escolaridade e baixa renda

No Brasil, existem cerca de 8 milhões de adolescentes cujos níveis de escolaridade e renda limitam suas condições de desenvolvimento e comprometem o futuro do País. Esse é o número de brasileiros e brasileiras, com idade entre 12 e 17 anos, que pertencem a famílias com renda per capita menor que meio salário mínimo e têm pelo menos 3 anos de defasagem em relação ao nível de escolaridade correspondente à sua faixa etária. A condição de exclusão desses adolescentes expressa-se de diferentes formas:

No seu analfabetismo (1,3 milhão de adolescentes entre 12 e 17 anos são analfabetos - vide tabela ao final).

No abandono escolar (12% não freqüentam a escola na faixa etária de 10 a 17 anos, ou seja, 3,3 milhões)

No trabalho infantil (1,9 milhão de crianças e adolescentes entre 10 e 14 anos trabalham)

Premidos pela baixa renda de suas famílias, 3,2 milhões de adolescentes entre 15 e 17 anos já estão no mercado de trabalho (PNAD, 2001). A maioria deles realiza trabalhos precários e mal remunerados, cumprindo jornadas de trabalho excessivas que comprometem suas possibilidades de realizar com sucesso a educação básica, de ter acesso ao lazer e à cultura, além de outras vivências próprias à idade.

Ao lado do crescimento da violência, das doenças sexualmente transmissíveis e do abuso de drogas, que afetam sensivelmente os adolescentes, a gravidez precoce reforça o ciclo de reprodução da exclusão: baixa renda, escolaridade insuficiente, inserção precoce e precária no mercado de trabalho.

A produção e implementação de uma política de educação que integre políticas de diferentes áreas para assegurar a constituição de um rede de inclusão social é o grande desafio a ser enfrentado nos próximos anos. Para contribuir com este desafio o UNICEF juntamente com seus parceiros constituiu um Grupo Técnico que apresentou as seguintes propostas:

01. Reconhecer os adolescentes como sujeitos de direitos, nos marcos estabelecidos pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.
02. Promover a cidadania dos adolescentes de baixa escolaridade e baixa renda, mediante políticas intersetoriais que articulem a elevação da escolaridade, a garantia de renda mínima, o acesso à educação profissional, à saúde e à assistência social, ao esporte, à cultura e ao lazer.
03. Considerar as especificidades dos meios rural e urbano, os desequilíbrios regionais, as diferenças de renda, gênero e raça e as necessidades das pessoas portadoras de deficiências, associando as políticas sociais universais a políticas especialmente voltadas aos grupos em desvantagem.

04. Garantir a participação ativa dos diversos atores sociais, em especial dos adolescentes e suas famílias, na formulação, implementação e controle das políticas públicas dirigidas a esse grupo social.
05. Assegurar a todos os adolescentes o direito constitucional à educação básica pública, gratuita e de qualidade, alfabetizando, no prazo de quatro anos, os 1,1 milhão de adolescentes analfabetos e promovendo o regresso, a permanência e o sucesso na escola dos 3,3 milhões de crianças e adolescentes de 10 a 17 anos que estão fora da escola.
06. Oferecer oportunidades de aprendizagem adequadas ao numeroso contingente de adolescentes que apresenta defasagem na relação idade/série, desenvolvendo uma política específica para a permanência e a progressão escolar desse grupo.
07. Proporcionar aos adolescentes o direito à educação profissional de nível básico ou técnico, mediante a ampliação da oferta de cursos gratuitos de duração suficientemente alongada para possibilitar o acesso à ocupação e à renda. A educação profissional dos adolescentes, entretanto, deve-se dar em caráter complementar e não substitutivo à elevação da escolaridade básica.
08. Valorizar os professores e demais profissionais dos serviços sociais que atuam diretamente com adolescentes, investindo na melhoria de sua remuneração e condições de trabalho, em sua formação e aprimoramento contínuos.
09. Criar um Programa Nacional de Renda Mínima:
 - a) para todas as famílias de crianças e adolescentes até 15 anos, com renda per capita inferior a meio salário mínimo;
 - b) para adolescentes e jovens entre 16 e 21 anos nessa faixa de renda, garantir a concessão de uma bolsa até a conclusão do Ensino Médio;
 - c) estabelecer critérios progressivos para a definição do valor do benefício, partindo inicialmente da complementação em, pelo menos, 33% da diferença entre a renda necessária e a renda familiar;
 - d) organizar um cadastro nacional, público e único, e constituir uma coordenação nacional, evitando a fragmentação e a multiplicidade de diferentes programas de complementação de renda.
10. Promover o direito dos adolescentes ao esporte, à cultura e ao lazer, ampliando programas direcionados a esse público. Constituir instância coordenadora dos órgãos governamentais desses setores e um fundo de apoio a ações desenvolvidas pelos próprios adolescentes e jovens. Criar estratégias de acesso gratuito aos equipamentos e espaços culturais, esportivos e de lazer, tais como vale cultura e transporte, inclusive para os adolescentes do meio rural.
11. Combater a inserção precoce e precária no mercado de trabalho, condicionando as políticas de acesso ao trabalho para adolescentes a partir dos 16 anos de acordo com as seguintes exigências: preservação dos postos de trabalho já ocupados por adultos; jornadas reduzidas compatíveis com o exercício dos direitos à educação, cultura, esporte e lazer; ocupações que possuam um

caráter formativo, inclusive trabalhos alternativos não mercantis, remunerados ou não; estímulo a outras formas de ocupação e geração de renda, como o cooperativismo, o empreendimento, o acesso ao microcrédito e, no meio rural, o acesso à terra e o apoio à agricultura familiar e ao turismo rural.

12. Promover a saúde integral do adolescente, assegurando acesso ao saneamento básico, ações preventivas e atendimento especializado na rede de saúde pública.
13. Promover uma política de atendimento aos adolescentes em conflito com a lei, colaborando para a extinção da FEBEM de São Paulo e desenvolvendo medidas socioeducativas previstas pelo ECA em pequenas unidades, preferencialmente em meio aberto, com a participação das famílias e das comunidades.
14. Extinguir a obrigatoriedade do serviço militar, oferecendo a opção do serviço civil voluntário.
15. Destinar recursos das três esferas de governo às políticas anteriormente mencionadas. Criar, para esse fim, novas fontes de financiamento e redirecionar de imediato os recursos já previstos em orçamentos, fundos públicos e programas diversos (como os recursos constitucionalmente vinculados à Educação, o Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente, o Fundo de Amparo ao Trabalhador, o Fundo de Combate à Pobreza, o Fundo Nacional de Cultura, os programas desenvolvidos pelo BNDES etc.).
16. Desenvolver políticas voltadas à juventude, considerando que as necessidades anteriormente indicadas prolongam-se para além dos 18 anos, especialmente no que se refere à continuidade dos estudos e à inserção no mundo do trabalho.

As instituições que compõem o Grupo Técnico comprometem-se a atuar segundo as diretrizes apontadas e esperam que o novo Presidente da República lidere a ampla mobilização nacional que será necessária para a efetivação dos direitos de todos os adolescentes, rompendo o ciclo de reprodução da exclusão por meio do desenvolvimento sustentável, do combate à pobreza e às desigualdades sociais.

Brasília, outubro de 2002. Grupo Técnico para Elaboração de Propostas de Políticas para Adolescentes de Baixa Escolaridade e Baixa Renda.

PARTICIPANTES: Ação Educativa · Confederação dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG · Fundação Abrinq · Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF · Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP/MEC · Procuradoria Geral do Trabalho · Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade do Município de São Paulo · Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo - SERT/SP · Secretaria de Políticas Públicas e Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego · Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC · Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI · Serviço Social do Comércio - SESC · Serviço Social da Indústria - SESI · Superintendência de Ensino Profissional da Secretaria de Educação do Governo do Estado do Rio Grande do Sul - SUEPRO/SE/RS

APOIO: 387 instituições participantes da Teleconferência pela Cidadania dos Adolescentes em 22 estados brasileiros.

5

adania dolesc



A cidadania dos adolescentes

A adolescência não é apenas o processo de desprendimento dos laços infantis. É também o encontro do ser humano com uma cultura e uma civilização, seus valores e sua ética.

É a partir do processo socializador amplo, vivido na adolescência, que o sujeito é colocado diante da possibilidade de experimentar seu lugar de cidadão na sociedade, em sua plenitude.

“Sou cidadão quando sinto que o que acontece com o mundo acontece comigo.”

Frei Betto, escritor

O Brasil é um país de tantas contradições e onde convivem tantas diversidades: econômicas, culturais, sociais, étnicas, climáticas.

É nesse cenário complexo que vivem os adolescentes brasileiros. Eles defrontam-se com a pobreza, com as desigualdades, com a corrupção, com diferentes violências. O momento histórico e político é de muitas, rápidas e profundas transformações. Os adolescentes têm diante de si a possibilidade e o desafio de construir um país democrático, onde sua participação é fundamental para a consolidação do próprio processo de democratização da sociedade brasileira.

Para tornar essa participação realidade os adolescentes brasileiros têm em suas mãos uma legislação moderna a favor da garantia de seus direitos. O Estatuto da Criança e do Adolescente representa uma das maiores conquistas da sociedade brasileira em favor de suas crianças e adolescentes.

Nesse contexto a participação é um direito do adolescente que implica a possibilidade de (i) manifestar sua opinião, (ii) intervir com sua ação e (iii) garantir com sua avaliação que as políticas a eles destinadas pelos serviços, programas e benefícios sejam estruturadas de acordo com suas necessidades e interesses. Essa participação implica um processo de diálogo permanente em que o que deve prevalecer não é uma opinião isolada, seja do adolescente, seja do adulto, mas o resultado das diferentes visões acomodadas num consenso construído com respeito de ambos.

Tradicionalmente, quando se fala em cidadania, pensa-se logo no direito de ter direitos. Quem é cidadão de um país usufrui de todas as garantias e direitos assegurados formalmente na sua Constituição Federal e nas legislações complementares. Essa visão resulta de uma redução do conceito de cidadania à formalidade das leis. Numa perspectiva mais ampla, pode-se dizer que a cidadania é mais do que simplesmente ter direitos. É o direito de produzir a cada dia novos direitos, de reivindicá-los e obtê-los, concretamente, no dia a dia.

A presença dos adolescentes vem-se tornando cada vez mais expressiva nos diferentes espaços e setores da sociedade. Em todo o País tem surgido iniciativas em que adolescentes apresentam sua capacidade crítica e criativa diante dos diferentes desafios apresentados pela sociedade.

São iniciativas no ambiente escolar marcadas pela vontade de melhorar a qualidade do ensino e das relações nesse contexto. A vontade de participar, criar, produzir e se manifestar são pontos de partida importantes para desenvolver um senso de responsabilidade na condução do próprio projeto de vida e na criação de espaços de reivindicação dos seus direitos.

No campo da saúde e da sexualidade, há uma diversidade de programas e projetos em que os adolescentes se fazem presentes de maneira inovadora, buscando conhecer seus direitos relativos à saúde e produzindo debates e abordagens sobre as questões relacionadas à sua sexualidade. Essas iniciativas são um importante alerta para o conjunto das políticas públicas que vem sendo chamado a mudar sua linguagem, suas abordagens e enfoques, tradicionalmente baseados nos problemas, para transformar-se em canalizador de soluções.

A cidadania dos adolescentes, portanto, muito mais que um conceito, é uma prática social de forte impacto na democracia do País e na melhoria da qualidade de vida de todos. Essa prática precisa estender-se também para os diversos programas de atendimentos aos direitos do adolescentes sejam governamentais ou não-governamentais, no sentido de promover processos para a democratização de sua gestão, incluindo os próprios adolescentes na tomada de decisão e no desenvolvimento de suas atividades. Os conselhos gestores de políticas públicas (conselhos da área de direitos da criança; da assistência social; de educação e de saúde) começam a desenvolver estratégias que assegurem a participação dos adolescentes por meio de reuniões específicas, plenárias ampliadas e criação de “câmaras especiais” de participação dos adolescentes.

No campo da comunicação social, além das experiências de produzir seus próprios meios, os adolescentes começam a se fazer presentes nos meios de comunicação de massa. Essa presença, ainda marcada por estereótipos e limitações, representa a possibilidade de ampliar os interlocutores públicos nos debates das questões sociais, enriquecendo os processos comunicativos em temas de conteúdos, abordagens, linguagens e inovações. Um grande esforço para ampliar os espaços de participação dos adolescentes nos meios de comunicação social permitirá ao País dar visibilidade aos múltiplos processos de organização e mobilização dos adolescentes, contribuindo para o desenvolvimento dos próprios adolescentes, a democratização dos meios de comunicação e do próprio País.



Descoberta e paixão pela terra natal

Os 12 mil habitantes de Nova Olinda, a 540 quilômetros de Fortaleza, no sertão do Ceará, acordam cedo. A trilha sonora das manhãs já está garantida. A música chega pelo rádio, na programação da Rádio Casa Grande, mantida por adolescentes do projeto Fundação Casa Grande.



Antes mesmo do sol despontar no horizonte do Vale do Cariri, Chapada do Araripe, a Rádio Casa Grande FM já está funcionando a pleno vapor. Às cinco da manhã, Miguel Barros, 19 anos, põe no ar o programa *Seu Luiz, o Rei do Baião*, uma homenagem a Luiz Gonzaga. A boa audiência é garantida.

A Rádio Casa Grande faz parte do projeto “Escola de Comunicação da Meninada do Sertão”. A meninada é composta por 70 jovens (30 adolescentes), todos moradores de Nova Olinda. Eles participam das atividades da Fundação Casa Grande e aprendem a desenvolver revistas em quadrinhos, preparam um informativo quinzenal circulado na região com o nome de “O Kariuzinho”, produzem documentários para TV sobre a cultura da região, participam de oficinas de música e preparam variados programas de rádio. Além disso, fazem pesquisas históricas e recuperam as casas da cidade dentro da tradição do local.

A Fundação Casa Grande - Memorial do Homem Kariri surgiu de um projeto musical de Alemberg Quindins e de Rosiane Limaverde. Eles percorreram os sítios arqueológicos do Vale do Cariri - um dos mais ricos do mundo, com fósseis de até 150 milhões de anos - à procura de sons que pudessem enriquecer suas composições. Dessas andanças, surgiu a idéia de levar a história da região para seus habitantes.

O primeiro passo foi a criação de um museu, hoje sede da Fundação, em um antigo casarão da cidade que eles restauraram. Mas as crianças e adolescentes da cidade encantaram-se com a proposta e queriam ser parte ativa do projeto. “Quando a gente ficou sabendo que o casarão estava sendo reformado, a gente veio ver o que era. O Alemberg e a Rosiane montando o museu, a gente olhando pela janela”, lembra Luciano Brito, 18 anos. Assim surgiu a Escola de Comunicação.

“Os meninos conquistaram o projeto”, conta Alemberg. “Foram-se aproximando e observando as explicações aos visitantes, até que um dia foram flagrados dando uma de recepcionistas no museu”, lembra. Hoje, as crianças e adolescentes participam das atividades educativas e se ocupam das tarefas de guias pelo casarão. “A cidade não oferecia nada, então a gente começou a vir para cá com vontade de aprender coisas novas”, conta Miguel, 18 anos. Ele conseguiu convencer os pais a deixar o trabalho com a família na roça para participar das atividades da Fundação. “Quando a Casa Grande começou a funcionar, a gente começou a conhecer Nova Olinda de um outro ponto de vista. Acho que é aqui que vou descobrir o meu futuro. Nem consigo me imaginar sem a Fundação”, diz o garoto.

Para participar do projeto, os adolescentes têm de freqüentar a escola formal e ter excelente desempenho. Em uma cidade onde apenas 49% dos adolescentes de 15 a 19 anos estudam, o nível de repetência é zero na Casa Grande. Os adolescentes contam com uma pedagoga que faz o acompanhamento escolar. Há também aulas de reforço e curso pré-vestibular.

Atualmente, além da rádio, o projeto mantém o Memorial do Homem Kariri, a Casa Grande Editora, a TV Casa Grande - com atividades interrompidas por determinação de órgãos de fiscalização - e a Casa Grande Musical, onde há cursos e oficinas de música.

Além do apoio do UNICEF, a Casa Grande conta com apoio do Instituto Ayrton Senna, da Universidade Federal do Ceará, da Universidade Regional do Cariri e da prefeitura de Nova Olinda. Neste ano, a Fundação ganha ainda o teatro Violeta Arraes, com capacidade para acomodar 150 pessoas. O espaço também será utilizado pelos adolescentes.

Adolescência e pós-modernidade*

Não há dúvida de que os instrumentos tradicionais da socialização, a saber, a família, a escola e a Igreja, mudaram ou tiveram sua eficácia diminuída e foram substituídos por novos elementos: o consumismo, a grande cidade, os meios de comunicação de massa, a publicidade, o consumo de drogas e de álcool. Surge uma nova ética centrada em ideais baseados no rendimento, no valor econômico de um produto. O abismo entre as gerações parece maior e intransponível.

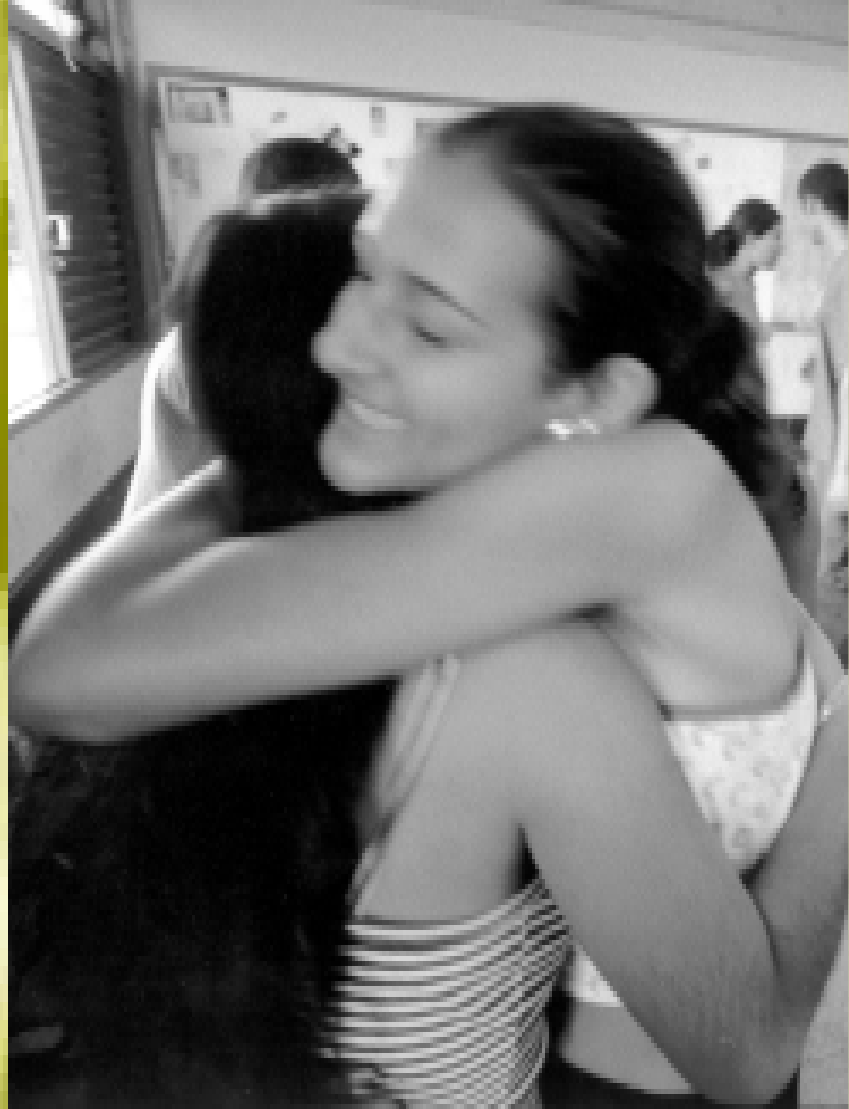
A pós-modernidade mostra-nos uma criança sozinha, bem diferente daquela anterior à revolução industrial que era criada dentro de uma família extensa. A família e a escola perderam forças educativas. Novos interlocutores educam. A busca de respostas pelos jovens esbarra em adultos tão ou mais inseguros que os próprios jovens.

A adolescência aparece como um modelo a ser seguido pelos próprios adultos.

Uma das características dos tempos pós-modernos é o enfraquecimento das redes sociais, num movimento rumo ao individualismo, com uma considerável perda dos espaços e ações coletivas. Observamos essa tendência tanto no que se refere à vida privada, como na esfera da vida social. Um exemplo típico é o lazer, hoje muito mais associado ao consumo - passeios a shoppings, por exemplo - e a entretenimentos individuais do que a uma convivência comunitária. Paralelamente à perda na quantidade, parece que também estamos perdendo na qualidade das nossas relações, sobretudo na esfera da vida afetiva. Constatamos uma falta e mesmo uma dificuldade em estabelecer relações de intimidade, de compromisso, de continuidade. A cultura do descartável faz-se sentir até com relação às pessoas. Sendo assim, nossas relações tornam-se cada vez mais transitórias e superficiais.

** Maria Fátima Olivier Sudbrack, psicóloga, professora da Universidade de Brasília, consultora para o texto deste relatório.*

6 Operacões Finais



Considerações finais

A Situação da Adolescência Brasileira é marcada pela diversidade. Diversidade de “adolescências”; diversidade de circunstâncias nas quais essa adolescência desenvolve-se; e diversidade de iniciativas para transformar essas circunstâncias em oportunidades.

Em todo o contexto traçado neste documento, observa-se que cada situação problemática pode transformar-se numa oportunidade de ação.

Assim se por um lado a família ainda vive situações contraditórias em relação aos adolescentes, por outro é essa mesma família que tem sido o apoio, o espaço de socialização e o local de vivência afetivas e emocionais mais profundas, em que o adolescente tem encontrado a retaguarda para enfrentar os desafios que a sociedade lhe impõe. Por isso, apoiar e contribuir para o desenvolvimento das competências familiares é uma tarefa fundamental dos programas e políticas públicas, sejam governamentais ou não.

Na escola, as análises apontam para a necessidade de um grande investimento nos processos pedagógicos, na melhoria da qualidade do ensino e ampliação da participação de crianças e adolescentes. Por ser um espaço de experiências que vão além do processo ensino-aprendizagem, a escola precisa firmar-se como local de aprendizagem, exercício e vivência da cidadania. Além disso a escola precisa abrir-se e integrar-se com as demais políticas para construir e compor uma verdadeira rede de inclusão social.

Outros espaços de aprendizagem têm importância crucial na adolescência. As atividades culturais, especialmente o teatro, a música, a dança e as artes plásticas, juntamente com o esporte e o lazer, além da sua conhecida função no chamado desenvolvimento psicomotor, têm servido como estratégia de desenvolvimento pessoal, de socialização e de prevenção da violência. Além disso, a inclusão de adolescentes nessas atividades é o ponto de partida para a melhoria da sua auto-estima, do auto-conhecimento e auto-proteção. A expansão das iniciativas desse setor é um desafio que já vem sendo percebido por um número cada vez maior de ONGs, com iniciativas de governos de diferentes níveis, e que precisa ser enfrentado por todo o País a partir de políticas públicas mais sistemáticas e estruturadas.

A profissionalização e o trabalho são questões que começam a ganhar mais importância na vida do adolescente. Vivendo uma fase de transição entre a infância e a juventude, as atividades dos adolescentes começam a ser marcadas por escolhas e interesses que vão definindo sua perspectiva profissional. O mundo do trabalho começa a se colocar para o adolescente como um universo a ser desvendado. Os indicadores sociais disponíveis sobre esse universo são precários e revelam uma indefinição de políticas que vinculem a escola, a formação profissional e o mundo do trabalho. As iniciativas de profissionalização e acesso ao primeiro emprego ainda são restritas. Nesse sentido, há um campo aberto para o debate e a produção de

políticas públicas que assegurem ao adolescente o direito à profissionalização e o acesso ao mundo do trabalho.

No contexto de uma sociedade com apelos recorrentes à sensualidade, à erotização e à banalização da exposição do corpo e das relações sexuais, o desenvolvimento da sexualidade próprio da adolescência vai gerando novos comportamentos que os próprios adultos têm dificuldade de administrar. A vulnerabilidade diante dessa temática agrava-se pelo risco de infecção pelo vírus da AIDS, de doenças sexualmente transmissíveis e inclusive pela própria gravidez indesejada. Em relação à AIDS, o País passa a conviver com a primeira geração que, infectada na infância, começa a adolescência convivendo com o HIV, demandando cuidados e políticas específicas para essa fase da vida.

Posicionar-se diante desse complexo universo de apelos exige que o adolescente além de estar bem informado, disponha dos recursos necessários para se prevenir e se proteger. Também é necessário que ele tenha uma retaguarda afetiva e emocional em adultos que possam apoiá-lo, orientá-lo e ajudá-lo a tomar as decisões e resolver os dilemas que se apresentam nesse campo. As políticas públicas de saúde e educação têm um tarefa essencial nessa área. As avaliações dos próprios adolescentes revelam que o avanço já realizado nesse campo ainda é insuficiente para diminuir as situações de vulnerabilidade e risco. Por isso, a iniciativa de ONGs, organizações internacionais, governos, sociedade e família de trabalhar em conjunto, integrando ações, compartilhando informações e metodologias, representa uma estratégia a ser fortalecida e ampliada.

A participação do adolescente em iniciativas de voluntariado, em ações de solidariedade, no processo eleitoral, na gestão de políticas públicas, em iniciativas de comunicação social e em campanhas de prevenção das DST/AIDS – entre outras formas da presença do adolescente em diferentes espaços de participação social – constitui-se em um forte indicador do potencial que ele apresenta na consolidação e ampliação da democracia no País. Fortalecer esses espaços, apoiar essas iniciativas e estimular a criação de novas formas de participação é uma tarefa para todos os setores que atuam no campo da adolescência. Não só em função dos ganhos de eficiência das políticas que têm processos participativos, mas especialmente porque a participação é um direito do adolescente.

A Situação da Adolescência Brasileira é esse cenário cheio de oportunidades e desafios. O País que construiu uma legislação exemplar, uma ampla mobilização social e transformou adolescentes em atores sociais ativos na sociedade tem agora a tarefa de fazer valer seus direitos em todas as dimensões de sua vida.

A promoção e a garantia dos direitos dos adolescentes, além de assegurar-lhes uma vida melhor, representam um investimento no próprio País e uma oportunidade de construir um mundo melhor para todos.